

A metrópole dos escravos

resenha de *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro 1808-1850*, de Mary Karasch

Tardou, mas finalmente foi publicada em português a obra da professora norte americana Mary C. Karasch, (*Slave life in Rio de Janeiro, 1808 – 1850*) defendida como tese de Phd. em história na Universidade de Wisconsin em 1972. Quando Mary desembarcou no Brasil, nos idos de 1968, para iniciar sua pesquisa, pouco ou nada se conhecia da escravidão negra na cidade do Rio de Janeiro. Os estudiosos do tema ainda se prendiam nos clássicos de três décadas passadas, como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Junior, e a pesquisa documental da escravidão como um todo ainda engatinhava. O ensaísmo sociológico estava na ordem do dia e os pesquisadores universitários pouco ou nada pesquisavam os acervos históricos. Mary encontrou salas de arquivos vazias de gente, mas repletas de documentos, contradizendo a máxima tão falada à época de que Rui Barbosa tinha queimado todos os registros da escravidão nos primórdios da República. Além disso ela pode compilar vasta coleção de viajantes estrangeiros que tinham aportado no Rio no pós 1808, e cujos relatos eram guar-

dados em bibliotecas de todo mundo, principalmente na célebre Biblioteca do Congresso em Washington. Por tudo isso, ao defender sua tese em 1972, Karasch apresentou um panorama absolutamente surpreendente para seus pares, e mesmo para aqueles *brasilianistas* da sua geração, como Russel-Wood, Richard Graham e Stuart Schwartz, entre outros, acostumados a vasculhar arquivos como ninguém.

A tese de doutorado de Karasch desvelou uma face da escravidão negra surpreendente para todos os estudiosos do tema, brasileiros ou estrangeiros. Uma escravidão onde os cativos não moravam em senzalas, não labutavam em engenhos e *plantations*, e não se refugiavam em quilombos. Um ambiente urbano povoado de escravos vendedoras *ao ganho*, que trabalhavam e moravam longe de seus senhores, que se encontravam nas ruas junto a vistosas *quitandei-ras* africanas, jogavam *capoeira* nas praças públicas, e juntavam pecúlio para comprar sua ansiada alforria. Na cidade do Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX havia um regime do cativo que aparentemente tinha desaparecido da me-

mória coletiva. E Karasch conseguiu arrancar do esquecimento este mundo perdido. Nos anos em seguida à defesa de sua tese, Karasch continuou envolvida com o tema, desta vez procurando incorporar a memória oral e a religiosidade afro-brasileira da atualidade — coletadas durante o tempo que lecionou como professora visitante da Universidade de Brasília — ao debate sobre escravidão urbana. Estas contribuições foram incorporadas na publicação da tese, realizada pela Universidade de Princeton em 1987, na véspera do centenário da Abolição da escravidão no Brasil.

Ainda esperamos treze longos anos para ver a chegada para o grande público da obra prima de Mary Karasch. Mas mesmo depois de todo este tempo o livro de Karasch ainda mantém todo seu vigor e pioneirismo, que não foi apagado pelos avanços da historiografia.

No primeiro capítulo ela se debruça sobre um tema já complexo e temido pela maioria dos estudiosos da escravidão brasileira, mesmo nos dias atuais: a rede complexa de nações e etnias em que se dividiam os africanos escravos no Rio de então. O que fica claro desta primeira abordagem é que a origem precisa dos africanos para aqui arrastados pelo comércio negreiro é um problema ainda intrincado e desafiador, que começou a ser enfrentado pela historio-

grafia brasileira de poucos anos, mas que ainda demandará esforço das próximas gerações de pesquisadores. Karasch desvela a esmagadora presença da África Centro Ocidental — Congo e Angola — no panorama étnico da densa população africana da Corte do Rio de Janeiro. Algo bem conhecido hoje, mas que estava longe do debate acadêmico da escravidão faz muito pouco tempo. O levantamento em anexo das possíveis origens destes indivíduos em todo continente traz uma rica fonte de possibilidades aberta para todos os estudiosos do tema.

O segundo capítulo já aborda a chegada do africano e sua venda no mercado. A “Encruzilhada” se centra no Valongo, o polo central da comercialização de cativos do Rio até 1831, principalmente dos chamados *africanos novos*, recém desembarcados. A forma como Karasch desfia sua argumentação, como se estivesse acompanhado um africano imaginário em seus primeiros dias na cidade, é de muita originalidade, contrastando com a tradição “sistêmica” e impessoal de certa escrita da nossa historiografia.

Em seguida ela busca traçar a geografia da cidade do ponto de vista dos escravos. “Fronteiras” consegue a proeza de sintetizar uma quantidade enorme de dados em um texto fluido que demonstra a presença onipresente dos escravos no Rio da pri-

meira metade do século XIX, dentro das igrejas e até mesmo dentro das forças armadas. A ampla circulação dos escravos no ambiente urbano era absolutamente impensável para a historiografia da época.

O capítulo 4 enfoca um tema bem mais sombrio: *As almas: os que morriam*. A alta taxa de mortalidade dos escravos nunca tinha sido demonstrada de forma tão cabal e amparada em evidência documental tão numerosa. Causou surpresa a descoberta de que o desmazelo e a negligência matavam tanto ou até mais que os castigos físicos propriamente ditos. Karasch também desmente aqueles que pensavam que o cativo nas cidades era mais benigno ou menos atroz. Pelo contrário, nos grandes centros os africanos estavam relativamente mais expostos ao ambiente insalubre e às epidemias tropicais que assolavam continuamente a urbe colonial.

O capítulo seguinte continua o desfiar das mazelas do regime escravista no especial ambiente citadino. “Sob o açoite” revela o quanto os escravos, principalmente os africanos, eram vítimas da perversão e da violência institucionalizada, privada ou estatal, enquanto o mercado negreiro atlântico se sentia capaz de jogar milhares de *africanos novos* todos os meses nas praias do Rio. Cada parte deste capítulo tem potencial de se tornar uma tese de douto-

rado inédita por si, e esperamos que os novos estudiosos do Rio atentem para isso.

O sexto capítulo fecha o que podemos definir como a parte inicial de sua longa obra. “Armas dos feiticeiros” mergulha em um tema ainda inédito para nossa historiografia: as moléstias que atacavam os escravos, e muitas vezes os levavam para a morte. Com apoio de uma ampla pesquisa de epidemiologia e de análise dos sintomas mal descritos pela documentação de época, Karasch percebe como enfermidades já tratáveis no período, como varíola e tuberculose, cobravam pesado tributo da população africana. Ela também sugere como a saúde pública na capital só foi despertada de sua letargia quando epidemias altamente letais para população branca imigrante, e mesmo para elite, como a febre amarela, entraram em cena, como foi comprovado, muitos anos depois, pela obra de Sidney Chalhoub, *Cidade febril*.

Do sétimo capítulo em diante Karasch imprime nova inflexão para o seu trabalho. A tônica a partir daí não é mais o peso do cativo, mas sim as formas de reação do negro ao regime que o oprime. O sétimo especificamente trata da diversidade de ocupações que podiam ser exercidas pelos negros nesta era de ouro da escravidão. A variedade ocupacional descoberta por Karasch sur-

preendeu os estudiosos de então que acreditavam que os escravos eram despreparados para tarefas especializadas e mecânicas, e para o intrincado mundo fabril que se abria naquela época. Estas especializações podiam ser capitalizadas por escravos na luta pela alforria, como foi pioneiramente sugerido por Mary. O capítulo 8 é o mais longo e, para muitos, o mais fecundo: “Samba e canção: a cultura escrava afro-carrioca”. Nesta parte Karasch toca naquilo que foi o legado mais importante da escravidão urbana da primeira metade do século XIX: o universo cultural forjado por africanos e crioulos. Cozinha, música, cultura letrada, dança, todas eram manifestações da vida cultural que sofreram profunda influência das diferentes etnias africanas que aqui aportaram. Mas pela amplitude do tema, e pela carência de bibliografia especializada sobre o assunto na época, este capítulo se torna por vezes genérico, o que é perfeitamente compreensível. O nono capítulo é talvez o mais ousado de todo o extenso livro. Ao mergulhar no obscuro e nebuloso mundo da religião dos escravos do Rio de Janeiro do século XIX, Mary C. Karasch atravessou uma fronteira que os pesquisadores da modernidade ainda hoje relutam em enfrentar. Por isso mesmo esta parte da obra pode ser considerada o zênite, o ponto máximo da *Vida dos*

Escravos, mas ainda retém muitos pontos mal resolvidos, muitos claros que precisam ser enfrentados pela nova geração, e que poderiam fazer parte de uma demanda de novos temas da historiografia do Rio de Janeiro. A análise das religiões de origem centro-ocidental, oriundas dos povos bantu, formam um capítulo à parte na historiografia da escravidão.

O décimo capítulo já aborda um tema clássico: as formas de resistência. Neste instante Karasch retorna ao leito da historiografia dos anos 70, apesar de mostrar sensível diferença com relação aos autores “sistêmicos” da nossa academia. Mas na certa este capítulo não é dos mais impactantes. Fechando o amplo horizonte, Karasch termina jogando luz sobre os caminhos que africanos e crioulos trilharam para alcançar a carta de alforria. A carta podia significar o fim de determinadas mazelas, como ser vendido, mas com certeza — Karasch não tem dúvidas disso — o liberto ainda carregava pesado estigma, que o marcava até a morte, principalmente se fosse africano.

O amplo panorama tecido por Karasch, durante muitos anos foi a única referência sobre a cidade do Rio de Janeiro dos escravos, aquela que por volta de 1850 era a maior metrópole africana do mundo atlântico. Desde 1972 a historiografia da

escravidão no Brasil passou por uma metamorfose estupefata: milhares de documentos e dezenas de arquivos antes desconhecidos foram abertos para o grande público, o que redundou em uma série nunca vista de títulos publicados. Mas estranhamente o cativo urbano ainda permanece um tema pouco sondado pelos nossos programas universitários. O paradigma da *plantation*, da senzala, dos grandes *plantéis*, dos canaviais e cafezais, ainda assoma as mentes de nossos jovens pesquisadores como o modelo inescapável. Na Bahia, a obra de João José Reis foi capaz de jogar luz bastante sobre Salvador, mas, no Rio de Janeiro, nas universidades federais — que carregam grande parte da produção de ponta — ainda não existe um pesquisador de escravidão urbana, digno do nome.

Este aparente monopólio do modelo agrário pode estar ligado ao longo silêncio da academia brasileira sobre a obra de Karasch. Enquanto renomados autores internacionais recebiam os aplausos e a crítica da comunidade intelectual, o volumoso trabalho de Karasch permanecia no esquecimento, que somente começou a ser quebrado após a publicação em 1987. Mesmo assim, quase sempre, a visão que se extraía sobre sua tese, nas poucas vezes que seu trabalho era debatido, era de uma fonte de informações, às vezes quantitativas, e não uma visão nova sobre o devir escravo nesta terra.

Esperamos que com a tardia, mas sempre bem vinda, edição em português, este lapso possa afinal ser superado, e a temática urbana possa voltar a ser priorizada no campo dos estudos da escravidão no Brasil.

Carlos Eugênio Líbano Soares
Professor da Universidade
Severino Sombra,
Vassouras, Rio de Janeiro

Aos colaboradores de *Afro-Ásia*

Afro-Ásia é uma publicação semestral do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), dedicada à divulgação de estudos relativos às populações africanas, asiáticas e seus descendentes no Brasil e alhures. Aceitamos textos inéditos, que serão publicados na ordem de recebimento se aprovados por pareceres de membros do Conselho Editorial ou de outros especialistas designados pela editoria.

Aos que desejam enviar seus textos, solicitamos que sigam as seguintes regras editoriais:

1. O texto não deve ultrapassar 35 páginas em formato A4, espaço entrelinhas de 1,5, em fonte times new roman 12 em formato eletrônico (e-mail ou disquete), em Winword 7.0 ou posterior e uma cópia impressa.

2. As notas devem vir em rodapé, com todas as referências a fontes de praxe, seguindo as seguintes regras:

a) Nas referências a *fontes primárias* indicar, com precisão, sua origem em documentos escritos, orais, iconográficos e outros. Fontes devem indicar na ordem, a instituição, o fundo, o documento e data. Exemplo: AHM-ACM, Seção A, Diversos Confidenciais, cx. 07, Maço 07, , *do Gov. Geral de Moçambique, Freire de Andrade ao Ministro da Marinha e Ultramar* de 06/11/1909. Citações seguintes: AHM-ACM, *Nota Confidencial nº 42, op. cit.*

b) Citação de *artigo* em revista: nome por extenso do(s) autor(es), [vírgula], título entre aspas [vírgula], nome da revista em itálico [vírgula], volume e/ou número da revista (ano da publicação entre parênteses) [vírgula], paginação [p. ou pp.]. Nas citações seguintes da mesma obra bastam o último sobrenome, ou regra consagrada culturalmente (por exemplo, nos casos de autores de países hispânicos os dois últimos sobrenomes), e parte do título da obra. Exemplos: primeira citação: Thomas Holt, “A essência do contrato”: a articulação de raça, gênero e economia na política de emancipação britânica (1838-1866)”, *Estudos Afro-Asiáticos*, 28 (1995), p. 11. Citações seguintes: Holt, “A essência do contrato”, p. 9.

c) Citação de *capítulo* em livro coletivo: nome por extenso do(s) autor(es) [vírgula], título entre aspas [vírgula], in nome(s) do(s) organizador(es) do livro acompanhado(s) de (org.) ou (orgs.) [vírgula], título do livro em itálico (local, editora e ano entre parênteses), paginação. Nas citações seguintes da mesma obra, mesma regra para artigo. Exemplos: primeira citação: Yvan Debbasch, “Le Maniel: Further Notes”, in Richard Price (org.), *Maroon Societies* (Garden City, Anchor Books, 1973), p. 145. Citações seguintes: Debbasch, “Le Maniel”, p. 144.

d) Citação de *livro*: nome por extenso do autor [vírgula], título e subtítulo do livro em itálico [vírgula], local [vírgula], editora [vírgula], data [vírgula], paginação. Nas citações seguintes, sobrenome e parte do título da obra. Exemplo: primeira citação: Emilia Viotti da Costa, *Crowns of Glory, Tears of Blood: The Demerara Slave Rebellion of 1823*, Nova Iorque, Oxford University Press, 1994, p. 217. Citações seguintes: Costa, *Crown of Glory*, pp. 203-204.

Os textos devem ser enviados para: Afro-Ásia – Mestrado em História – FFCH – UFBA Estrada de São Lázaro, 197 – Federação Cep.: 40210-630 – Salvador – Bahia – Brasil E-mail: afroasia@ufba.br

Não serão considerados textos remetidos fora destes padrões.

Afro-Ásia n° 25-26

Revisão: Mônica Santos, Regina Sá, Valdemir Zamparoni

Editoração eletrônica: Bete Capinan/Tiago Capinan

Capa e projeto gráfico: Renato da Silveira

Impressão e acabamento:

XXXXX